

**AO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR**  
**REF: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04 /2024**

Prezados, seguem os questionamentos sobre o edital da Concorrência Eletrônica nº 04/2025, da cidade de Lobato – PR, que tem por objeto a Contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Fotovoltaica, conectado à rede ON-GRID da concessionária de energia;

1 - Considerando as dificuldades de comunicação com a Administração Pública, solicito que o município informe os contatos telefônicos, whatsapp e e-mail do fiscal do contrato, bem como do servidor responsável por fornecer todas as informações necessárias para a execução do contrato e formulação dos projetos.

2 - Estamos, atualmente, nos deparando com questões imprevisíveis que estão desencadeando a inviabilidade da instalação do sistema fotovoltaico. Um exemplo disso é indeferimentos dos pedidos de parecer de acesso pela concessionária de energia em razão de "inversão de fluxo". Sabe-se, pois, que o parecer de acesso é condição "sine qua non" para a homologação do sistema junto à concessionária respectiva e o seu deferimento é fator que compete exclusivamente à companhia de energia, sendo impossível à empresa e/ou cliente garantir a aprovação.

Nesse sentido indagamos:

- A) Após a assinatura do contrato - O início da instalação do sistema ficará condicionado à aprovação do parecer de acesso pela concessionária? ou seja, a empresa deverá confeccionar o projeto e submetê-lo à concessionária e após a aprovação e emissão do Parecer de Acesso, iniciar os trâmites relacionados a entrega dos equipamentos e instalação?
- B) Ou, caso o CONTRATANTE exija que a instalação seja realizada mesmo sem a resposta da concessionária (sem o parecer de acesso) o pagamento pelo fornecimento e prestação dos serviços será realizado mesmo que o parecer seja eventualmente indeferido?

3 - Em caso da necessidade de reparos/reforço na estrutura do telhado para suportar os sistemas de energia solar fotovoltaica, quem será responsável por esses reparos, a empresa contratada ou o município contratante?

- As telhas existentes danificadas durante a instalação dos painéis, bem como as anteriormente identificadas, deverão ser imediatamente substituídas na execução dos serviços;

No arquivo do Laudo Técnico Estrutural está presente essa frase;

- a) Significa que as telhas já possuem danos estruturais?

4 - A empresa contratada NÃO será responsável por realizar o laudo técnico referente as condições da estrutura do telhado? Pois já possui, correto?



5 - No Termo de Referência item 8.1, em “q”, diz “Se necessário, a contratada deverá fazer todas as adequações no padrão de energia e afins, para total funcionamento e homologação da distribuidora de energia.”. A adequação necessária para a conexão do sistema fotovoltaico à rede é, essencialmente, a troca do medidor para bidirecional. No entanto, caso o padrão de energia atual seja incompatível com a nova demanda ou não esteja conforme as normas da concessionária de energia local, será necessário adequá-lo para obter o parecer de acesso. Esse custo, por sua natureza imprevisível, é por responsabilidade do responsável pela unidade consumidora, ele depende das características específicas do padrão de entrada do local, como categoria do padrão, amperagem do disjuntor instalado, tipo de poste, modelo da caixa e cabeamento.

Contudo, caso o município deseje transferir essa responsabilidade à contratada, seria necessário que as informações citadas fossem fornecidas, uma vez que não estão disponíveis no edital ou seus anexos.

Dessa forma, seguem as questões:

- A- Seria possível fornecer as informações mencionadas?
- B- Considerando que a adequação necessária para a conexão do sistema fotovoltaico à rede é a troca do medidor para bidirecional, as adequações adicionais que ultrapassarem a troca do medidor serão de responsabilidade do município e/ou da beneficiária?

6- É possível a empresa não participar de um dos itens mencionados? No caso o que envolve a estrutura de estacionamento?

7 – Peço a gentileza de nos enviar as coordenadas correspondente a cada local de instalação;

8 - Qual a tensão da rede?

9 – Na unidade numero 2, de tamanho de **97,11 KWp** que seria devidamente instalado em **estrutura sobre telhado colonial e madeira**, nas dependências do **Núcleo Integrado de Saúde (NIS)**, localizado na R ANTONIO BERGAMO, 858, de unidade consumidora COPEL num 30242657 e entrada de energia 2x200A. Confere que o local possui uma rede bifásica então?

Nesse caso, seria necessário trocar o padrão de entrada para trifásico, correto?

10 – Em relação a entrega dos materiais, como procedemos? Entregamos tudo em apenas um local? Ou separadamente para cada unidade? Se for a segunda opção, há espaço destinada para os materiais?

11 – Será necessário placa de obra? Se sim, apenas uma ou em cada unidade?

12 – A potência mínima do módulo fotovoltaico solicitada é de 585w. Seria possível utilizarmos uma potência menor de módulo, só que cumprindo ao requisito que é a potência mínima do sistema necessário?



Pergunto isso pois ao solicitar uma potência tão alta de módulo fotovoltaico, juntamente com uma especificação técnica tão específica, está sendo condicionando um módulo que muitas empresas ainda não comercializam.

13 -

Descrição do Imóvel	Endereço	Tipo de Telhas da Cobertura	Tipo de Estrutura da Cobertura
CMEI Monteiro Lobato	Rua Antônio Bérnago nº 467	Cerâmica	Madeira
Núcleo Integrado de Saúde Dr. Arnaldo Teixeira Moraes Júnior	Rua Antônio Bérnago nº 858	Cerâmica	Madeira
Casa da Cultura	Rua Castro Alves nº 1.111	Fibrocimento e=5 mm	Madeira
Barracão Industrial	Av. Pres. Getúlio Vargas nº 277	Aço Galvanizado e=0,5 mm	Metálica
Garagem Municipal	Rua Jandira Silva Cotrim nº 159	Aço Galvanizado e=0,5 mm	Metálica
Ginásio de Esportes José Ribeiro do Ouro	Avenida Rocha Pombo nº 100	Aço Galvanizado e=0,5 mm	Metálica

Foi indicado que os telhados de algumas unidades composto por telha metálica são de 5mm de espessura.

Dessa forma, nossa empresa, realiza as instalações em apenas telha que são de no mínimo 6mm de espessura, para qualquer tipo, seja metálica, fibrocimento etc. Possuímos um histórico de instalações que comprovam que a instalação, independente do tamanho da placa e da composição do sistema, em telhas dessa espessura, apresentam bastante patologias na instalação, sejam rachaduras, como amassos. Ou seja, a segurança, tanto dos instaladores como das próprias pessoas que frequentam o prédio, obviamente está sendo considerada como prioridade.

O laudo técnico estrutural foi realizado e aprovado nessas condições, certamente, caso seja instalado a telha de 6mm, ou superior, teriam-se condições para a instalação.

Contudo, questiono: quem iria fazer a troca e o custeio desse material para essas instalações? Pois torna-se inviável e totalmente anticompetitivo pois algumas empresas permitem e realizam instalação em telha de espessura menor.

14 – Em termos físicos, os padrões de entrada, será necessário fazer alguma adequação?

15 - Caso a empresa participe da licitação com o CNPJ da Matriz, poderá realizar a entrega e emitir a Nota Fiscal com o CNPJ da filial da empresa? Saliento que isso não caracteriza subcontratação, pois Matriz e filial compõem a mesma pessoa jurídica, razão pela qual possuem os mesmos sócios e um único contrato social.



(51) 3909 7279

RST 287, KM 99, nº 2500 - Santa Cruz do Sul/RS





Solarizando o sul do Brasil!



Aguardo retorno.

Santa Cruz do Sul/RS, 17 de abril de 2025.

---

**MILENIUM NEGOCIOS INTERNACIONAIS LTDA (SOLLED)**  
**MARA ANDRÉA SCHWENGBER**  
**CPF: 920.135.460-68**



(51) 3909 7279

RST 287, KM 99, nº 2500 - Santa Cruz do Sul/RS

